

Recebido em: 14-08-2023

Aceito em: 13-12-2023

A BIBLIOTECA DE IFÁ E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO DECOLONIAL E INFORMACIONAL

Diogo Jorge de Melo¹
Priscila Faulhaber²
Thayron Rodrigues Rangel³

Resumo: A partir da compreensão de bibliotecas conceituais, esta pesquisa objetiva apresentar a Biblioteca de Ifá como um espaço simbólico imaterial, debatida em relação as suas configurações informacionais e suas contribuições para o pensamento decolonial. Parte da hipótese que a noção tradicional de biblioteca limita as percepções e construções de uma diversidade epistêmica. Baseada em um sistema divinatório, constituído por um acervo intangível, denominado de oráculo de Ifá ou sistema Ifá presente nas culturas iorubanas. Configurado por um conjunto de odus, histórias míticas, as quais são chaves para a leitura oracular e aqui compreendidas como uma tecnologia cultural, com um sistema informacional de preservação. Configura-se como uma pesquisa qualitativa, de cunho teórico, de procedimentos metodológicos de natureza exploratória, com base bibliográfica. Usando a própria mitopoética presente nesse sistema, o orixá Exu é entendido como o grande organizador deste acervo e Orunmilá, o seu guardião. Esse último, passou seus conhecimentos para seus iniciados, os babalaôs (donos do segredo), os quais o preservam até os dias atuais por meio da memória oral. Logo, esse aspecto viabilizou a preservação destes conhecimentos e sua resistência até a atualidade, nos possibilitando compreender as diversidades epistêmicas subalternizadas pelos processos coloniais.

Palavras-chave: Oráculo de Ifá; Decolonialidade; Bibliotecas; Diáspora Africana; Informação.

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de auxiliar na compreensão de outras leituras de mundo, principalmente por meio de aspectos não centrados no contexto vigente de dominação colonial, as bibliotecas aqui denominadas de conceituais possibilitam ampliar repertórios, entendendo que nestes espaços

¹ Doutor em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e em Ensino e História da Ciências da Terra da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduação em Museologia pela UNIRIO e em Biologia pela Centro Universitário da Cidade (UniverCidade). Professor do Programa de Pós-Graduação em Cidades Territórios e Identidades da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do curso de Museologia da UFPA. E-mail: diogojmelo@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Brasília (UNB). Graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e professora do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO e MAST.

³ Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ). Graduação em Arquivologia e Biblioteconomia pela UNIRIO.

epistêmicos são armazenadas informações que representam outras percepções de mundo. A ideia de biblioteca conceitual surge com uma abordagem holística a partir do conceito de biblioteca. São consideradas conceituais, pelo fato de não serem um prédio, ou seja, um lugar físico de salvaguarda, mas por serem um conjunto simbólico de documentos preservados, materiais ou não. Em uma leitura epistemológica Fonseca (2007, p. 1) indica que a Biblioteconomia se define pelo conhecimento de regras por meio das quais “os livros são organizados em espaços apropriados: estantes, salas, edifícios”. Entende-se que esta proposta avança na identificação da biblioteca como espaço físico, mas preserva a natureza da unidade da informação, biblioteca. Podem apresentar-se configuradas por artefatos arqueológicos ou pela oralidade, não em um suporte documental convencional (textual), mas seu suporte de base informacional está alocado na memória do ser humano.

Defende-se o conceito de biblioteca em uma perspectiva ampla e imaterial, conforme apresentado por Portella (2010).

Meio de análise da memória, espaço de conservação do patrimônio intelectual, artístico e literário, a biblioteca é um local de diálogo com o passado, mas também de criação e de inovação. É um lugar, uma instituição. Ela é o cruzamento paradoxal de um projeto saudavelmente utópico (fazer coexistir num mesmo local todos os traços do pensamento humano confiados à escrita) e de restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens, e atualmente dos sons. É também, e simultaneamente, um desenho intelectual, um projeto, **um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas da leitura, da escrita e da interpretação.** (Portella, 2010, p. 261, **grifo nosso**).

A biblioteca conceitual trazida para debate, nesse artigo, não possui suporte físico, ou melhor, não possuía, já que seus conhecimentos vêm sendo registrados e catalogados, no entanto, tradicionalmente eram passados pela oralidade aos seus iniciados. Nos referimos aqui à Biblioteca de Ifá, composta por um conjunto de histórias míticas compondo, em seu conjunto, uma chave divinatória de leitura oracular. Neste contexto, infere-se que:

Assim como as bibliotecas evoluíram junto com a comunidade, desenvolvendo novos serviços, produtos, bibliografias, infraestruturas para estabelecer uma variedade de métodos para os usuários acessarem informações, também precisam alinhar a diversidade cultural em cada ação desenvolvida, reavaliando suas práticas e serviços em termos de inclusão e equidade social (Baptista, 2023, p. 86).

Logo, o nosso objetivo, neste artigo, apresentar a Biblioteca de Ifá como um espaço simbólico imaterial, debatida em relação as suas configurações informacionais e suas contribuições para o pensamento decolonial. Entendendo-as como um sistema informacional, realizado pela oralidade, intangível, o qual nos possibilita resgatar acepções epistêmicas africanas e nos fornece possibilidades de olhares decoloniais. Com isso, traremos percepções mitopoéticas para nos auxiliar durante o trânsito nesse universo onde a informação se equipara ao poder, constituição de identidade e resistência. Assim, é possível trilhar novos caminhos, novas formas de estar e se relacionar com o mundo diante sua diversidade epistêmica⁴.

O interesse por este estudo parte das vivências dos autores com a temática, além de pesquisas desenvolvidas nos últimos anos. A pesquisa se configura como qualitativa e de natureza básica, já que “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (Silva, 2018, p. 16). Visa desenvolver, esclarecer e modificar, por meio de pesquisa exploratória,

conceitos e ideias para estudos posteriores. (...) constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. (...) envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. (...) são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. (...) realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado (...) (Gil, 2008, p. 27).

Por fim, “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade” (Silva, 2018, p. 16).

2 DECOLONIALIDADE EM UMA BIBLIOTECA DO INTANGÍVEL

Compreender uma biblioteca conceitual, conforme apresentado anteriormente, pela possibilidade de contribuir com aspectos decoloniais, permite rompimentos com as vigências imperialistas da colonialidade do ser, do saber e do poder. Capazes de nos fazer perceber que não existe apenas o monologismo cultural imposto pela dominação colonial, estruturador de um suposto

⁴ “Advogamos pela diversidade epistêmica como via de reparação, pois coloca em foco problemas históricos e socioculturais ainda não resolvidos nas sociedades contemporâneas e que, infelizmente, ainda carecem de muita discussão, debate, reflexão e sensibilização” (Silva; Garcez; Silva, 2022, p. 12).

status de superioridade, vinculado a branquitude⁵ e a masculinidade eurocentrada, existindo diversos saberes outros mercedores de identificação e valorização. Como nos é desvelado por diversos estudiosos como Silva, Garcez e Silva (2022), Quijano (2002; 2005), Dussel (2008) e Grosfoguel (2016; 2018).

Deve-se destacar, por decolonialidade, distintamente do termo descolonialidade, a compreensão de uma opção política que transcende suposições discursivas, pois a supressão do “s” indica a não possibilidade de “desfazer” ou “desconstruir”, mas aponta para um estado de permanente alerta às armadilhas das colonialidades (Walsh, 2009). Desse modo, entende-se o termo como uma postura atitudinal de transgressão, de luta contínua, a qual reestabelece e reconstrói relações de comunicação entre pessoas e natureza, em um ato de libertação social: “uma atitude proativa de reconstrução das relações humanas e ecológicas expressas pelas milenares cosmovisões ancestrais não-coloniais” (Fleuri, 2020, p.245).

Neste contexto, Ballestrin (2013) nos aponta possibilidades de *giros decoloniais*, a partir de estudos de Nelson Maldonado-Torres, considera os movimentos, as ações de resistência teórica e prática, mas também política e epistemológica diante a modernidade. Um processo no qual “a decolonização é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo *mainstream* do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com as colonialidades do ser, saber e poder” (Ballestrin, 2013, p.108).

Nesta compreensão, defende-se os sistemas de informação e seus suportes documentais como agentes cruciais para constituição desse movimento de decolonialidade, visto que eles servem, grosso modo, como instrumentalização de aporte de conhecimentos que acabaram selecionando determinados saberes e dizimando outros. Hierarquizando e designando o classificado como digno de memória e de preservação. Do mesmo modo, colocou determinados saberes em lugares menos qualificáveis, exaltando aspectos compreendidos como exóticos ou em um sentido de registro realizado a partir da leitura do outro, nesse caso, o sujeito colonizado, logo subalternizado por esse processo, já que desqualificaram culturas e estabeleceram os lugares de dominação.

⁵ Segundo Silva, Saldanha e Pizarro (2019, p. 255) “ branquitude teve sua origem nos estudos que buscavam entender o lugar do grupo racial branco na sociedade e os privilégios e o poder que possuem sobre os grupos não-brancos”. Pode ser analisada segundo: “Guerreiro Ramos (1957), Frantz Fanon (1980), Iray Carone (1992), Edith Piza (2002), Maria Aparecida Silva Bento (2002), Liv Sovik (2004), Lourenço Cardoso (2011), Lia Vainer Schucman (2012), Muller e Cardoso (2017)”.

De acordo com Baptista (2023, p. 79) “fazendo então parte da história e da cultura, a decolonialidade tem seu poder epistemológico no ambiente de educação, envolvendo setores informacionais, como no caso das bibliotecas universitárias”. Com isso, acredita-se que devemos escovar esses processos a contra pelo, parafraseando Walter Benjamin⁶, nos apossando destes conhecimentos outros, e a Biblioteca de Ifá, em nosso ponto de vista, é uma destas chaves de leitura. Tarefa considerada extremamente complexa, por esses saberes terem sido massacrados, porém ainda resistem. Logo, é reconhecida a intenção de uma arqueologia do saber aos moldes propostos por Michael Foucault⁷, no entanto, seu objetivo e objeto se constituem a partir de outros lugares, outras culturas, não se aportadas no contexto de dominação ocidentalizada (Melo, 2020).

Por conseguinte, é possível perceber a possibilidade compreensiva de diversas bibliotecas conceituais, pertencentes a diversos povos e constituintes de diversas identidades, a qual a Biblioteca de Ifá se torna uma designação para o reconhecimento dessa diversidade existente no mundo e compositora de diversas bibliotecas sem escritas físicas, simbólicas, presente nos repertórios mnêmicos da humanidade. Como caracterizado pela máxima da sabedoria africana - “quando um ancião morre é como se botassem fogo em uma biblioteca”.

Entende-se, assim, que a existência de vigências nos saberes das pessoas, armazenados em suas mentes, se tornam o próprio suporte informacional e, dessa forma, alicerçam essas bibliotecas conceituais. Nelas ocorre a transmissão dos conhecimentos se configurando como modo de preservação e resistência, onde o acúmulo de saberes de um indivíduo torna-se uma estrutura simbólica análoga à concepção de biblioteca tradicional. Dessa forma, o ato de contar histórias se constitui com resistência, assim como ato de existência, os quais configuram identidades, não sendo ao acaso a fala de Ailton Krenak (2019), devemos contar histórias para adiar o fim do mundo.

Parte-se assim, para a acepção sobre as bibliotecas como espaços materiais ou imateriais, compostas tradicionalmente por livros, periódicos e demais formatos e agora constituídas também pela oralidade, resguardada por sábios, anciões ou os próprios detentores destes saberes. Desta forma, demarca-se historicamente a Biblioteca de Alexandria como um marco entre esses processos, por ter se estabelecido em um momento de quebra paradigmática entre esses dois universos, o da oralidade transplantado pela escrita. Justamente a partir deste segundo, se iniciaram

⁶ Benjamin (2008).

⁷ Foucault (2008).

os aspectos de seleção informacional conhecido atualmente. A Biblioteca de Alexandria, em certas nuances, nos parece representar um pouco desse conflito paradoxal entre as duas acepções, principalmente no sentido de buscar quiméricamente todo conhecimento do mundo, mas conseguir apenas resguardar o que foi escrito. Conforme apresentado por Christina Jacob (2000):

Alexandria é um espaço utópico onde os literatos inventam uma nova relação com o local, que não deixa de lembrar sua nostalgia das origens: o lugar e o tempo, duas maneiras de enraizar os livros da biblioteca no espaço do helenismo. Com efeito, essa comunidade erudita, cosmopolita, imigrada, desarraigada, se interessará pelas curiosidades locais, pelos usos indígenas, por esses mitos das cidades e dos campos gregos que se tornam problemas intelectuais, sob o efeito da objetivação e do distanciamento próprios à escrita. (Jacob, 2000, p. 53)

Contudo, cabe-nos interrogar sobre os conhecimentos não escritos e geradores de certa carência documental referente ao propósito utópico da Biblioteca de Alexandria, o qual seria preservar o conhecimento do mundo. Logo, sem dúvidas, existiam funções de registrar informação e não apenas coletar suportes informacionais e preservá-los. Sabemos que, em sua própria estrutura organizacional, se valiam os conhecimentos de seus sábios, capazes de localizar determinados documentos e com a missão de passar seus conhecimentos para seus sucessores, aspecto hoje suplantado por sistemas de recuperação da informação complexos, como os digitais.

Christina Jacob (2000) nos apresenta uma anedota contada por Vitruvius sobre Alexandria, se referindo a fundação da Biblioteca de Pérgamo, que mesmo fundada antes teria lhe servido de modelo e nos ajuda a compreender esse processo.

Segundo Vitruvius, Ptolomeu instituiu jogos em homenagem às Musas e a Apolo, com recompensas para os escritores que saíssem vencedores. O rei formou um júri de seis alexandrinos e, para completá-lo com um sétimo, pediu “aqueles que se encontravam na chefia da biblioteca” que lhes sugerissem um candidato preparado para essa tarefa. Eles mencionaram então um certo Aristófanes, que, com a maior atenção e a maior aplicação, dia após dia, lia do princípio ao fim todos os livros da biblioteca, e na ordem. Esse leitor assíduo e metódico era o mais indicado para participar do júri. O primeiro concurso era o de poesia. Os seis outros jurados estavam dispostos a dar o primeiro prêmio a um poeta que, visivelmente, obtivera um grande sucesso popular, o segundo, aquele que fora mais aplaudido depois dele, e assim por diante. Mas Aristófanes se distinguiu, escolhendo o poeta que foi menos apreciado pelo povo. Indignação do rei e da assistência. Aristófanes levantou-se e, em meio ao silêncio geral, declarou que um só dos concorrentes era um verdadeiro poeta, e que os outros recitaram obras que não eram deles. A assembleia ficou estupefada, o rei estava céptico. O jurado devia justificar-se. “Confiança em sua memória, ele tirou de certos *armaria* um grande número de rolos e, comparando esses textos com os que haviam sido recitados, forçou os autores a confessar que os tinha roubado”. Eles foram punidos. Quanto a

Aristófanis, o rei lhe deu as maiores gratificações e o pôs na chefia da biblioteca.
(Jacob, 2000, p. 58).

Logo, esse aspecto desvela diversas circunstâncias, inclusive a concepção de autoria e plágio, mas buscamos destacar os aportes da memória aqui presentes no ser humano, gestor de informação e articulador de suas sapiências e domínios mnêmicos para dominar a biblioteca. Atualmente, esse aspecto é informatizado e constituído por diversos sistemas de recuperação da informação, fazendo o papel do intelectual ser ofuscado no processo. Nesse contexto, a tecnologia da escrita precisa de um agente de domínio para se ter acesso à informação, isso nos faz entender que as bibliotecas sem usuários não possuem propósitos, sendo as suas bases principais a possibilidade de leituras de seus “livros” para suas interpretações. Por exemplo, ao acessarmos uma biblioteca, prontamente nos deparamos com um desses sistemas de recuperação de informação, no entanto, são incapazes de codificar todas essas nuances deste acervo. Se digitalizado, adentramos com os termos que nos direcionarão às obras, no entanto um bibliotecário é quem conhece aquele acervo e pode indicar facilmente outros aspectos que nunca conseguiríamos pela informática⁸.

Assim, destacamos o início de uma crise epistêmica vivida tacitamente na Biblioteca de Alexandria, estabelecida paradigmaticamente entre culturas ágrafas e com as de domínio da escrita, instituindo, atualmente, um processo fortemente ligado à crise informacional por nós vivenciada, devido a ampla quantidade de informações, as quais somos bombardeados e não conseguimos processar, bem como a intenção de esquecimentos ou desvalorização de saberes foras desse sistema, escritos e codificados por processos documentais, os quais auxiliaram na demarcação da supremacia branco europeia.

Com isso, demarcamos as bibliotecas, em nossa perspectiva, pela possibilidade de serem capazes de se compreenderem a partir de outras estruturas de saber, principalmente quando pensadas a partir de aportes decoloniais, os quais nos auxiliam a considerá-las como:

[...] um centro dinâmico de informação centrado no usuário, onde o profissional deve manter-se constantemente atualizado, acompanhando a evolução das tecnologias, a fim de proporcionar a seus usuários serviços de qualidade e um acesso democrático da informação. (Morigi; Souto, 2005, p. 203).

⁸ Termo caracterizado pela junção das palavras *informação* e *automática*, compreendido como processo de tratamento automático da informação.

Essa definição, em nosso ponto de vista, também circunscreve nossas bibliotecas conceituais, lembrando que elas, muitas vezes, são bem mais antigas e preservaram seus saberes por intermédio de transposição de heranças de conhecimentos, trocas sociais, aqui caracterizadas como elementos de fratrimentalização⁹. Isto é, de heranças, vivências e experiências perpassadas entre indivíduos compartilhadores de seus saberes, suas culturas e acepções identitárias de maneira fraternal.

Nesta circunstância, devemos destacar aspectos de sobrevivência e resistência, pois a Biblioteca de Alexandria, pautada no físico, hoje se constitui em cinzas, enquanto a Biblioteca de Ifá, apesar de bem mais antiga, se manteve viva. Seus conteúdos são acessados e utilizados como tecnologia cultural conforme apresentaremos. No entanto, devemos evidenciar o caráter aqui nominado por vivo e constituído em dinâmicas transformativas, configuradas em sistemas de ganhos e perdas, pois, ao longo deste processo, muitos saberes foram esquecidos, outros agregados ou até mesmo transformados, se adequando a novos contextos culturais, como os decorridos no contexto da diáspora negra africana. Compreendida como um processo singular e complexo, constituinte de um *locus* de enunciação, policentrado e de múltiplos sentidos, no qual identidades são vividas e imaginadas por seus diversos sujeitos, os quais a configuram como uma viagem física ou imaginada de experiências emaranhadas (Butler; Domingues, 2020).

3 A BIBLIOTECA DE IFÁ E SUA MITOPOÉTICA

A Biblioteca de Ifá é um conjunto de saberes não registrados fisicamente, como documentos escritos, mas repassados por gerações por meio da oralidade e estão fortemente vinculados a cultura religiosa de Ifá ou Fá, também conhecido como sistema Ifá. Segundo Ney Lopes (2020), este teria sido concebido a partir de um conjunto de povos da África Ocidental, localizados atualmente no sudeste da atual República da Nigéria, parte da República do Benin e Togo. Configurado pelos povos iorubás e seus vizinhos, possuíram organizações políticas autônomas até o final do século XIX, quando acabaram se unificando por ações do colonialismo.

⁹ Temos utilizado o termo fratrimento ao invés do patrimônio por semanticamente se libertar das acepções machista do termo e por evidenciar aspectos mais relacionais do que hierárquicos (Melo; Faulhaber, 2021).

O Oráculo de Ifá é um processo divinatório que, por meio de seus *odus*, histórias míticas, a entidade Olodumaré¹⁰ se comunica. Segundo Prandi (2001) os *odus* teriam sido entregues a um adivinho de nome Orunmilá, ou Ifá, incumbido de transmitir aos seus seguidores, os sacerdotes do Oráculo de Ifá, chamados de pais do segredo (babalaôs).

Durante a iniciação a que é submetido para o exercício da atividade oracular, o babalaô aprende essas histórias primordiais que relatam fatos do passado que se repetem a cada dia na vida dos homens e mulheres. Para os iorubás antigos, nada é novidade, tudo que acontece já teria acontecido antes. Identificar no passado mítico o acontecimento que ocorre no presente é a chave da decifração oracular. (Prandi, 2001).

Cabe destacar as seguintes considerações, as quais nos ajudam a compreender o sistema de Ifá como uma biblioteca conceitual.

Observe-se que, como o chinês *I Ching* (o vocábulo *ching* é traduzido em português como “livro”), Ifá constitui, além de um sistema divinatório, um conjunto de normas de comportamento, emanadas das divindades iorubás; e assim, pelos saberes que concentra, é também considerado, pela tradição, um livro – embora só na atualidade esses saberes comecem a aparecer escritos de forma sistematizada (Lopes, 2020, p. 52).

Livro ou biblioteca, o sistema Ifá deve ser compreendido como uma instituição africana, estando a serviço de suas sociedades, disponibilizando suas sabedorias em diversos locais, principalmente mercados, onde os babalaôs de Ifá podem ser consultados. A partir deste aspecto, Melo (2020) compreendeu o sistema Ifá como análoga a concepção de museu e aqui fazemos o mesmo exercício, mas trabalhando sua acepção como biblioteca conceitual e o usando para compreender e empreender processos decoloniais.

Fomos um pouco além, pois fizemos a comparação do Oráculo de Ifá, um sistema divinatório, com as estruturas museais. Este oráculo pode ser entendido como uma instituição social, pois na África sabemos que muitos sacerdotes oferecem seus serviços à população em mercados ou outros locais. Um fazer social que deve ser milenar neste território, e funcionam de maneira muito similar aqui no Brasil, quando os sacerdotes são procurados para jogar seus búzios para fazer previsões. Adentrando na concepção mítica do Oráculo de Ifá, conseguimos perceber aspectos da musealidade presentes neste fazer, pois Orunmilá ou também nominado de Ifá, a divindade responsável pela leitura deste oráculo é colocada como o grande armazenador, conservador, dos *odus*, que são as histórias míticas que são as chaves do oráculo e são capazes de revelar aspectos do passado, do presente, do futuro e do mundo dos invisíveis. (Melo, 2020, 236-237).

¹⁰ Olodumaré, ou Ifá, podem ser identificadas miticamente como sendo outras divindades primordiais, como: Obatalá, Orixalá, Odudua, Orunmilá ou com divindades supremas, como Olorum ou Olofim.

Como apontado, no contexto social, é comum encontrar sacerdotes de Ifá em lugares públicos, onde oferecem seus serviços e são solicitados. Assim como no Brasil, os sacerdotes das culturas afrodiáspóricas são procurados para jogar búzios e cartas, dentre outros sistemas oraculares. Devemos, com isso, considerar os *odus*, como uma espécie de tecnologia cultural milenar e proporcionador de soluções e respostas às pessoas e suas questões. Com estas compreensões, podemos adentrar em âmbitos mitopoéticos, compreendo o que esse conhecimento fala sobre si e sua gênese, fortemente ligada a um processo documental de coleta e gestão desse acervo. Sabemos que o conjunto de *odus* formam esse acervo em seu livro principal, abrigando dezesseis histórias, as quais se desdobram em outras.

Os mitos dessa tradição oral estão organizados em dezesseis capítulos, cada um subdividido em dezesseis partes, tudo paciente e meticulosamente decorado, já que a escrita não fazia parte, até bem pouco tempo atrás, da cultura dos povos de língua iorubá. Acredita-se que um determinado segmento de um determinado capítulo mítico, que é chamado *odu*, contém a história capaz de identificar tanto o problema trazido pelo consulente como sua solução, seu remédio mágico, que envolve sempre a realização de algum sacrifício votivo aos deuses, os orixás. O babalaô precisa saber em qual dos capítulos e em que parte encontra-se a história que fala dos problemas de seu consulente. (Prandi, 2001, p. 18).

Logo, compreendemos o sistema oracular de Ifá como uma instituição de memória em seus contextos culturais, adentramos em suas acepções simbólicas, suas mitopoéticas, classificadas em dezesseis principais *itãs*, como são chamados os principais *odus*, os quais se dividem em mais 240, totalizando 256 histórias míticas, organizadas por ordem de nascimento e importância. Cada pessoa seria regida por um desses *itãs* principais, de acordo com o seu nascimento, também utilizados como base para tratamentos medicinais. Ademais, os *itãs* influenciaram e se fazem presentes em outros oráculos, como nos jogos de búzios (Lopes, 2020). Utilizamos a mitopoética como uma constituição de arte com caráter transcendental e ontológico, onde “Natureza, cultura e espíritos comungam de um mesmo prestígio e simbologia, dialogando e trocando experiências sem a imposição autoritária de hierarquias transcendentais” (Pinheiro, 2021 p.56).

Desse modo, destacamos alguns aspectos da mítica atribuída a origem oracular do sistema Ifá para então compreender a sua existência pois, em nossa acepção, se constitui como processos de resistência. Conta-se que antes da separação do céu (Aiê) com a terra (Orum), existia muita fartura, nesse período os filhos de Orunmilá sempre o reverenciavam e lhe entregavam oferendas. No entanto, Olouó, um dos seus filhos, resolveu não mais reverenciar seu pai e deixou de fazer

oferendas. Justificando seu ato, dizia ser possuidor de tantas riquezas equiparáveis a de seu pai e que um rei não deveria se prostrar diante de outro. Esse fato enfureceu e entristeceu Orunmilá, que resolveu se retirar para Aiê. Consequentemente, diversas desgraças se abateram sobre o Orum, como a fome, o caos, a peste, as confusões, a seca e os animais pararam de procriar. Nessa ocasião, teriam sido realizadas oferendas e todos os tipos de cantos, os quais Orunmilá aceitou, mas o caos já estava estabelecido. Logo, seus filhos foram lhe procurar no Aiê e receberam dezesseis nozes de dendê, para se comunicarem com ele e assim superar suas dificuldades (Prandi, 2001).

Cada uma dessas nozes se refere a um de seus filhos (Ocanrã, Ejiocô, Ogundá, Irosum, Oxé, Obará, Odi, Ejiobê, Osá, Ofum, Ouorim, Exila-Xeborá, Icó, Oturopon, Ofuncanrã e Iretê) e suas respectivas histórias míticas, as quais formam o principal livro de nossa biblioteca, desdobrada em inúmeras outras. Segundo nos é apresentado por Prandi (2001), cada *odu* é detentor de um segredo e pode falar de nascimento, morte, negócios, fartura, guerras, perdas, amizade, traição, família, destino e sorte.

Nesse processo, o orixá Exu se torna o grande coletor e formador deste acervo mítico. Devemos destacar que, neste contexto cultural, Exu pode ter outros nomes ou ser compreendido como distintas entidades, como Elegbara, por exemplo. Esta é uma divindade primordial, complexa, responsável pelo movimento, sendo dono dos caminhos, assim como mensageiro entre os mundos, regendo questões referentes à sexualidade e se apresentando como grande brincalhão e, muitas vezes, punindo aqueles que não honram com seus compromissos.

Essa entidade, segundo alguns mitos, foi a responsável por coletar as histórias do mundo, para compor a biblioteca de Ifá, sendo ele aqui o grande formador deste acervo simbólico, transformando-o em documento, mesmo sem um suporte material tradicional, pois as mentes servem de base informacional. Certo *odu* conta que “um mensageiro chamado Exu andava de aldeia em aldeia à procura de solução para terríveis problemas que na ocasião afligiam a todos”, orixás e pessoas comuns, foi quando o aconselharam “a ouvir do povo todas as histórias que falassem dos dramas vividos pelos seres humanos, pelas próprias divindades, assim como por animais e outros seres”. Estas seriam histórias de “ventura e do sofrimento, das lutas vencidas e perdidas, das glórias alcançadas e dos insucessos sofridos, das dificuldades na luta pela manutenção da saúde contra os ataques da doença e da morte”. Nesta tarefa, “deveria estar atento também aos relatos sobre as providências tomadas e as oferendas feitas aos deuses para se chegar a um final feliz em cada

desafio enfrentado” (Prandi, 2001, p.17), e assim teria se formando o acervo de nossa biblioteca conceitual.

Exu juntou um número incontável de histórias. Realizada essa pacientíssima missão, o orixá mensageiro tinha diante de si todo o conhecimento necessário para o desvendamento dos mistérios sobre a origem e o governo do mundo dos homens e da natureza, sobre o desenrolar do destino dos homens, mulheres e crianças e sobre os caminhos de cada um na luta cotidiana contra os infortúnios que a todo momento ameaçam cada um de nós, ou seja, a pobreza, a perda dos bens materiais e de posições sociais, a derrota em face do adversário traçoeiro, a infertilidade, a doença, a morte. (Prandi, 2001, p. 17).

Este rico acervo teria sido armazenado em uma cabaça e entregue a Orunmilá, o qual transcodificou este em conhecimento para o oráculo de Ifá e passou aos seus sacerdotes, os pais do segredo. Assim se estabelecia um sistema de conservação, preservação, destes conhecimentos por intermédio da oralidade e da memória. Os iniciados em Ifá aprendiam os *odus* para realizarem as leituras oraculares e assim mantiveram esse conhecimento. Devemos compreender que, para os iorubás, tudo o que acontece já ocorreu antes. Logo, tal conhecimento representa a chave da decifração oracular (Prandi, 2001) e, portanto, se configura como uma tecnologia cultural.

Uma questão semelhante, e complementar à nossa percepção, foi apresentada por Mario Chagas (2011) ao citar o texto “Macunaíma” de Mario de Andrade, ao mencionar a coleção de bocagens da personagem principal que, conforme Barreto e Oliveira (2016), simbolicamente seria filho de Exu.

Macunaíma, o herói de nossa gente, queria recuperar o seu muiiraquitã perdido, talismã de pedra verde, que ele acreditava estar sob a posse do Gigante Piaimã (ou Venceslau de Pietro Pietra), um célebre colecionador de pedras. (...) Contrariado e suando de inveja, Macunaíma resolveu fazer uma coleção para imitar o gigante. No entanto, não queria colecionar pedra, coisa tão difícil de carregar. Além disso, a terra do herói tinha pedras por todos os lados. Não carecia colecioná-las. Então, o herói matutou e resolveu fazer uma coleção de palavras-feias. (...) É esta coleção de “dez mil vezes dez mil bocagens” que Macunaíma, em certa altura, joga na cara de Piaimã, sem conseguir, como pretendia, amedrontá-lo. (Chagas, 2011, p. 37-38).

Logo, não buscamos tal precisão e reconhecimento nesse estudo, mas apontar uma estrutura de saber configurada em ressonância com os aspectos informacionais, os quais nos possibilitam compreender a ordem documental e informacional presentes nas culturas iorubanas e constituídas como uma tecnologia cultural milenar, a qual, mediante uma preservação mnêmica, transpostas pelos babalaôs, nos permite compreender a existência de resoluções de diversos problemas sociais e

de saúde, as quais ultimamente são aplicadas a diversas gerações e resistindo ao processo de colonização, inclusive cruzando o atlântico e estabelecendo novas sucursais para este acervo.

Seria então Exu e Orunmilá supostamente “museólogos”, um coletando e outro guardando, e os odus uma coleção capaz de responder plenamente as ânsias da humanidade, e que se institucionalizam por meio da leitura oracular de Ifá. Desta forma, podemos entender que cada sacerdote de Ifá ou babalaô que dominem os jogos oraculares são guardiões deste conhecimento e desse acervo, logo se tornam analogamente museólogos, assim como Exu e Orunmilá. (Melo, 2020, p. 133).

Portanto, nesse reconhecimento de guardiões onde constatamos a força de uma resistência de dominação, tornando a Biblioteca, ou Museu de Ifá, vivos e pulsantes diante a repressão da dominação colonial, por nos apresentar uma tecnologia informacional de preservação, assegurada por peio da memória e que até hoje pode ser acessada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos, dessa feita, a validação da Biblioteca de Ifá sobre o conhecimento humano específico, o qual era para estar perdido, no entanto, nos mostra a existência de outras formas de pensar, de ser e de estar no mundo. Além de nos aconselhar, ela nos cura, em um amplo sentido, pois adentra em cicatrizes históricas, amenizando dores e constituindo novas identidades pautadas em outros saberes ancestrais. Esses saberes eram destinados ao esquecimento, mas resistiram e se fazem presentes em diversos contextos culturais, não sendo ao acaso o movimento de ascensão desses conhecimentos na contemporaneidade, tendo notícias da grande quantidade de pessoas acessando os conhecimentos da Biblioteca de Ifá. Inclusive, no Brasil, indica outras formas de existir, depois de tantas mazelas geradas pelas colonialidades do poder, como as recriadas nos terreiros das religiões afrodiáspóricas. Para Baptista (2023, p. 82-83)

essa questão do poder pode ser interpretada no âmbito da Biblioteconomia, como uma questão relevante aos mecanismos de transformação e dos espaços das bibliotecas que precisam ser democráticos, possibilitando a formação de valores e o respeito às diferenças, oferecendo uma abordagem capaz de pensar questões estruturais mais amplas do poder e como elas interagem com o discurso e a prática reforçando a opressão de alguns.

Neste aspecto, ressaltamos Françoise Vergès (2023), autora que nos convoca a desafiar a ordem do mundo, ordem esta estabelecida pelo monologismo imposto pela colonialidade. Para ela a

decolonização se estabelece pela “abolição de uma ordem perversa, marcada pela violência sistêmica” (p.20), na qual as lutas por dignidade e pela vida nos ensinam “a nos organizar e realizar um trabalho de imaginação urgente, resgatando utopias emancipatórias e pragmáticas” (p.21), para “oferecem novos modelos e modos de construir família e comunidade, estudar, cuidar, cultivar, criar e instituir” (p.21). Compreender a Biblioteca de Ifá e se empoderar dela é o mesmo que assumir a perspectiva de Françoise Vergès, para vislumbrar saberes que nos foram extirpados.

A Biblioteca de Ifá nos ensina como registrar e conservar o imaginário, como feito por nossa ancestralidade, uma tecnologia não obsoleta, possuidora de diferenciais, com os seus prós e contras, em relação aos paradigmas estabelecidos pela sociedade da informação e em contrafluxo às perspectivas coloniais de dominação. Logo, nos mostra que o parecido efêmero, pode não o ser, bem como aponta que nossas preocupações informacionais preservacionistas nos levam às questões complicadoras para o acesso. Também nos faz refletir sobre o porquê e como guardamos e conservamos? Posto que as instituições de informação não possuem propósito sem o acesso, sem o leitor, o qual precisa viver e encontrar suas necessidades nesse acervo.

Por isso, consideramos que Ifá e sua biblioteca nos ensina a ser decoloniais, por nos mostrar a diversidade das culturas humanas e seus legados, além de auxiliar nossas restituições como seres humanos, até mesmo depois de tentativas de destituições culturais, dos epistemicídios, como os ocorridos nos processos coloniais. Assim como Ailton Krenak (2022) nos direciona à percepção de que o futuro é ancestral e só conseguiremos adiar o fim do mundo contando nossas histórias e acessando as bibliotecas conceituais produzidas pela diversidade da humanidade. “Os orixás, assim como os ancestrais indígenas e de outras tradições, instituíram mundos onde a gente pudesse experimentar a vida, canta e dançar, mas parece que a vontade do capital é empobrecer a existência” (Krenak, 2022, p.38).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Aparecida de Andrade. A categoria Luz na Biblioteca Copta de Nag Hammadi. *Horizonte*, v. 10, n. 27, 2012, p. 983-1011.

BARRETO, Renato Amado; OLIVEIRA, Ana Lúcia Machado de. Macunaíma, filho de Exu. *Verbo de Minas*, v.17, n.30, 2016, p.23-44.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, n.11, 2013, p.89-117.

BAPTISTA, Michele. M. A Decolonialidade no campo da Biblioteconomia: a intersecção com a biblioteca universitária. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, [S. l.], p. 78–89, 2023. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/13142>. Acesso em: 27 out. 2023.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018.

BUTLER, Kim D.; DOMINGUES, Petrônio. *Diásporas imaginadas: atlântico negro e histórias afro-brasileiras*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

CHAGAS, Mario de Souza. *Memória e poder: dois movimentos*. Ensaios de Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Estudos Avançados de Museologia, 2011. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/memoria_e_poder_dois_movimentos.pdf. Acesso em 31 de janeiro de 2019.

DUSSEL, Enrique. Anti-meditaciones cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad. *Tabula Rasa*, v. 9, p. 153-197, 2008.

FLEURI, Reinaldo Matias. Paulo Freire e as cosmovisões dos povos originários. *Educazione Aperta*, v.7, 2020, p.242-261.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios / epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, 2016, p. 25-49.

GROSGOUEL, Ramón. *Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada*. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson;

GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000, p.45-73.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LOPES, Nei. *Ifá Lucumi: o resgate da tradição*. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

MELO, Diogo Jorge de. *Festas de encantarias: as religiões afro-diaspóricas e afro-amazônicas, um olhar fratrimonial em museologia*. “Tese de Doutorado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, 2020.

MELO, Diogo Jorge de; FAULHABER, Priscila. *Considerações sobre o conceito de fratrimônios*. In: *Museologia e Patrimônio*. Lisboa: Instituto Politécnico de Leiria, 2021, p. 213-233.

MORIGE, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. *Revista ACB*, v.10, n.2, 2005, p.189-206.

PINHEIRO, Harald Sá Peixoto. *Mitopoética dos Muyaquitás, Porandubas e Moronguetás: ensaios de antropologia estética e etnologia Amazônica*. São Paulo: Alexa Cultural / Manaus: Edua, 2021.

PORTELLA, Célia Maria. Releitura da Biblioteca Nacional. *Revista Estudos Avançados*, v. 24, n. 69, 2010, p. 247-264.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, v.17, n.37, 2002, p. 4-28.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; SILVA, R. A. *Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação*. , p. 1-19, . Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/198025>. Acesso em: 27 out. 2023.

SILVA, F. C. G; SALDANHA, Gustavo Silva; PIZARRO, Daniella Camara. *A branquitude nas práticas docentes em Biblioteconomia e Ciência da Informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial*. In: Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Graziela dos Santos Lima (Org). *Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações*. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota).

SILVA, Sérgio Conde Albite. *Projeto de trabalho de conclusão de curso - TCC: Diretrizes para a sua elaboração no escopo da disciplina Metodologia da Pesquisa*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2018.

VERGÈS, Françoise. *Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta*. São Paulo: Ubu editora, 2023.

WALSH C. *Interculturalidad, Estado, Sociedad – Luchas (De)Coloniales de Nuestra Época*. Abya Yala, Quito: Universidad Andina Simon Bolívar, 2009.

The Ifá Library and its contributions to decolonial and informational thinking

Abstract: From the understanding of conceptual libraries, this research aims to present the Ifá Library as an immaterial symbolic space, debated in relation to its informational configurations and its contributions to decolonial thought. It starts with the hypothesis that the traditional notion of library limits the perceptions and constructions of epistemic diversity. Based on a divination system made up of an intangible collection called the Ifá oracle or Ifá system, present in Yoruba cultures. Configured by a set of odus, mythical stories, which are keys to oracular reading and understood here as a cultural technology with an informational preservation system. It is configured as qualitative research of a theoretical nature, using methodological procedures of an exploratory nature, with a bibliographical basis. Using the mythopoeics present in this system, the orixa Exu is understood as the great organizer of this collection and Orunmilá as its guardian. The latter passed on his knowledge to his initiates, the babalaôs (owners of the secret), who preserve it to this day through oral memory. Therefore, this aspect enabled the preservation of this knowledge and its resistance to this day, enabling us to understand the epistemic diversities subordinated by colonial processes.

Keywords: Oracle of Ifá; Decoloniality; Libraries; African Diaspora; Information..